



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA**

KARLA MYLENE DA SILVA NASCIMENTO

**ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE A QUESTÃO DA DIVERSIDADE
LÍNGUISTICA NO CONTEXTO ESCOLAR**

CAJAZEIRAS – PB

2017

KARLA MYLENE DA SILVA NASCIMENTO

**ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE A QUESTÃO DA DIVERSIDADE
LÍNGUISTICA NO CONTEXTO ESCOLAR**

**Monografia apresentada ao Curso de Letras
– Licenciatura em Língua Portuguesa da
Unidade Acadêmica de Letras do Centro de
Formação de Professores da Universidade
Federal de Campina Grande.**

**Orientador: Prof. Esp. Abdoral Inácio da
Silva**

CAJAZEIRAS – PB

2017

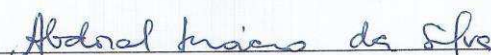
KARLA MYLENE DA SILVA NASCIMENTO

**SOCIOLINGUÍSTICA E VARIAÇÃO: ABORDAGENS TEÓRICO-
METODOLÓGICAS APLICÁVEIS AO CONTEXTO ESCOLAR**

Monografia apresentada ao Curso de
Letras – Licenciatura em Língua
Portuguesa da Unidade Acadêmica de
Letras do Centro de Formação de
Professores da Universidade Federal de
Campina Grande.

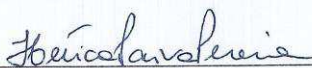
Aprovado em: 04/05/2017

BANCA EXAMINADORA



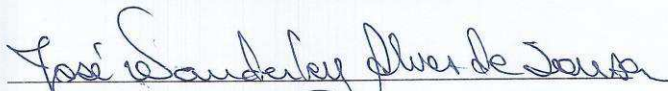
Prof. Esp. Abdoral Inácio da Silva (Orientador)

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)



Profa. Dra. Hérica Paiva Pereira (Examinadora 1)

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)



Prof. Dr. José Wanderley Alves de Sousa (Examinador 2)

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

N244a Nascimento, Karla Mylene da Silva.
Abordagens teóricas sobre a questão da diversidade lingüística
no contexto escolar / Karla Mylene da Silva Nascimento. -
Cajazeiras, 2017.
34f.
Bibliografia.

Orientador: Prof. Esp. Abdoral Inácio da Silva.
Monografia (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa)
UFCG/CFP, 2017.

1. Sociolinguística. 2. Linguística. 3. Língua portuguesa - ensino.
I. Silva, Abdoral Inácio da. II. Universidade Federal de Campina
Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

**Aos meus pais, irmão e meu
namorado....**

AGRADECIMENTOS

Deus em sua infinita bondade nos coloca em caminhos aos quais vivenciamos momentos maravilhosos e que nos engrandece bastante como ser humano. Começo agradecendo primeiramente a Ele, que é pai todo poderoso, que nunca desistiu de mim e está sempre ao meu lado. Agradeço também a minha mãe Marileuza, uma mulher guerreira que sempre me incentivou e apoiou nas minhas decisões, me ajudando a realizar os meus sonhos, é a ela quem eu devo tudo, pois sem o apoio dela, nada eu seria, meu pai, Josué Filho e meu irmão Kayke por me incentivarem sempre nessa jornada.

Agradeço ao meu namorado Alex Kassio por sempre confiar em mim, me amar incondicionalmente e me aconselhar nos momentos em que precisei.

Agradeço aos meus avós, aos meus tios, tias e primos que se dedicaram na minha formação, depositando em mim toda confiança. Aos meus amigos pelo apoio e incentivo.

Aos meus amigos de graduação, que trilharam comigo essa caminhada árdua e feliz, principalmente a Annielly, Aline, Ellany, Everton e Ranilson pelos momentos felizes em sala e pra vida toda.

Ao Professor e Orientador Abdoral Inácio da Silva, por toda a sua paciência, calma, pelo comprometimento, pelas leituras sugeridas, pelas orientações e pelo tempo disponibilizado, e principalmente pela contribuição para a minha formação profissional no decorrer do curso.

Aos professores componentes da banca de defesa, José Wanderley Alves de Sousa e Hérica Paiva Pereira, por terem aceitado o convite e pelo tempo dispensado a análise deste trabalho.

Aos meus professores que participaram da minha trajetória acadêmica, o meu muito obrigada.

Talvez não existam palavras suficientes e significativas que me permitam agradecer a todos que contribuíram de forma significativa para a minha formação, apenas peço a Deus que abençoe a todos, com muita saúde e paz.

Gratidão!

RESUMO

Sabendo-se que o ensino de língua materna está enraizado nas tradições gramaticais, o presente trabalho busca apresentar as contribuições da Sociolinguística para o ensino de Língua Portuguesa, a fim de mostrar as suas possíveis intervenções na sala de aula. Para compreendermos como a Sociolinguística se estabeleceu nos estudos acerca da língua, precisamos entender como ocorreram às transformações no ensino de Língua Portuguesa. É importante atentar que tais transformações no ensino da língua foram necessárias diante das necessidades socioculturais dos falantes. É neste momento que a Sociolinguística busca viabilizar um novo posicionamento dos professores em relação à metodologia de ensino, frisando a importância de considerar e respeitar as variedades linguísticas nas aulas de Língua Portuguesa. Para tanto, este trabalho se ampara nos pressupostos teóricos de Calvet (2002), Bortoni-Ricardo (2004), Tarallo (2005), Antunes (2003), entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino. Sociolinguística. Linguística. Ensino da Língua Portuguesa.

ABSTRACT

Knowing if that mother tongue teaching is rooted in the grammatical traditions, this work sought to present the sociolinguistic contributions to the Portuguese Language Teaching, in order to show its the possible interventions in the class. To understand how the sociolinguistic was established in the studies about the language, we need to understand how transformations in the Portuguese Language Teaching occurred. It is important to take note such changes in the language teaching was necessary face of the socio-cultural needs of the speakers. In this moment that the sociolinguistic make it possible a new positioning of the teachers regarding to teaching methodology, highlighting the importance of consider and to respect linguistic variety of language in the Portuguese classes. Therefore, this work supports in theoretical assumptions of Calvet (2002), Bortoni- Ricardo (2004), Tarallo (2005), Antunes (2003), among others.

Keywords: Teaching. Sociolinguística. Linguistics. Teaching of the Portuguese Language.

LISTA DE SIGLAS

CFE	Conselho Federal da Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
UCLA	Universidade de Califórnia em Los Angeles
UDF	Universidade do Distrito Federal
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 - O QUE É E O QUE ESTUDA A SOCIOLINGUÍSTICA: BREVE HISTÓRIA	12
CAPÍTULO 2 - VARIAÇÃO NOS PADRÕES DE USO	18
2.1 A divisão tripartida entre SISTEMA, NORMA e FALA	18
2.2 Variação linguística na perspectiva Gerativista	19
2.3 Concepções do Ensino de Língua Portuguesa: trajetória do ensino superior no Brasil para a formação do professor de Língua Portuguesa Erro! Indicador não definido.	
CAPÍTULO 3 - VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS	20
3.1 Sociolinguística e Sala de Aula.....	23
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	33

INTRODUÇÃO

A língua possibilita ao homem uma representação da realidade física e social, desde o momento em que lhe é ensinada nos vínculos familiares até no âmbito da realidade social. A linguagem não é usada apenas para transmitir informações, mas também, tem função de comunicar ao ouvinte à posição que o falante ocupa na sociedade em que está inserido. As pessoas falam para serem “ouvidas”, para serem respeitadas e para exercer influência no ambiente em que se realizam seus discursos (atos lingüísticos). Para Gnerre (1987, p. 3-4, grifo do autor):

as “regras de linguagem” levam em conta as relações sociais entre os interlocutores. Todo falante tem que agir de acordo com essas regras, isto é, tem “saber”: quando pode falar e quando não pode; que “assuntos” podem ser abordados; que variedade lingüística é adequada à situação de comunicação.

A variação lingüística é considerada um sistema comum a qualquer outro que da possibilidade ao indivíduo de interpretar e analisar o mundo e a realidade, como qualquer fenômeno natural, vista como um ato de função da fala e do ouvinte, porém sendo muitas vezes ignorada no ambiente social como no ambiente escolar, devido a falta de recursos para o professor lidar com fenômenos muitas vezes incompreendidos na sociedade.

Nessa perspectiva, a língua portuguesa apresenta diversas normas, tendo em vista o funcionamento da língua em sua dimensão sócio-histórica, mas apesar disso, a sociedade busca unificar o padrão da língua, tornando-a invariável, tal conceito é expresso na gramática normativa.

O conceito de norma segundo Lucchesi (1994), tem desempenhado um papel importante no desenvolvimento da teoria lingüística, voltada para os padrões habituais e coletivos de comportamento lingüístico, que definem, tanto os grupos dentro da comunidade de fala, quanto a posição do indivíduo dentro dos diversos estratos sociais.

Lucchesi (1994) afirma que o ponto de partida para se chegar ao conceito de norma é formulado originalmente no seio da escola estruturalista e a sua adequação aos princípios axiais do programa teórico sócio-lingüística.

Nesse caso, o autor tenta demonstrar que a realidade lingüística não é apenas heterogênea, e dessa forma, surgem novos sistemas variáveis dos quais podemos destacar a norma culta e a norma vernácula ou popular.

A linguagem possui grandes dimensões como a semântica e a pragmática, que possibilitam a representação do pensamento, através da ação, pensamento, e que por meio disso, torna-se sujeito a alterações por ser uma parte constitutiva do ser humano e da cultura a que este se encontra inserido. Esse processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais, em diferentes grupos de uma sociedade. Se o homem evolui, mudando seus princípios, seus costumes, bem como na sociedade em que está inserido é natural e normal as variações e mudanças lingüísticas, sendo elas regionais ou sociais.

Coseriu (1979 apud CUNHA, 1985) com base na teorização, faz uma distinção entre norma Objetiva e norma Subjetiva; aquela relativa a padrões observáveis na atividade lingüística de um grupo determinado, esta relativa a um sistema de valores que norteia o julgamento subjetivo do desempenho lingüístico dos falantes dentro de uma comunidade.

Nesta direção, o problema a ser investigado através da presente pesquisa é: qual é o papel do falante que fora exposto à diversidade lingüística no contexto escolar? E qual o papel da escola diante das faces apresentadas pela norma objetiva e subjetiva? Qual o papel da sociolingüística frente as abordagens da variação lingüística na sala de aula?

A partir de tais considerações, o presente trabalho tem como objetivo mostrar as contribuições da Sociolingüística para o ensino de Língua Portuguesa, centrando-se no debate de que o ensino de língua materna nas escolas segue puramente o ensino prescrito, com base em regras tradicionalistas. Surge deste modo a necessidade de substituir o conceito de “erro” advindo das normas gramaticais, pelo conceito da diferença entre os modos de falar, trazidos pela Sociolingüística.

Faz-se pertinente relatar que o interesse em pesquisar o tema, iniciou-se pelo fato da pesquisadora ter cursado a disciplina Sociolingüística durante o seu processo de formação docente, o que despertou reflexões acerca das intervenções positivas do estudo sociolingüístico para o ensino de Língua Portuguesa, desfazendo os mitos trazidos pelos tradicionalistas que veem a língua como um sistema puro, homogêneo e unificado.

Para o desenvolvimento desse trabalho foi feito um levantamento de livros, artigos e outras publicações avulsas. A finalidade da escolha da pesquisa bibliográfica é de provocar reflexões a partir de aparatos teóricos, através das teorias sociolinguísticas e profissionais da língua. Para tanto utilizamos como subsídios teóricos autores como: Calvet (2002), Bortoni-Ricardo (2005), Mussalim (2001), Tarallo (2005), Bagno (2004), Cunha (1985), Lucchesi (2008), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (1996).

O trabalho está estruturado em três capítulos: o primeiro intitulado “Concepções da Língua Portuguesa” está dividido em duas etapas, na primeira discutimos a trajetória do ensino superior no Brasil para a formação de professores de Língua Portuguesa, mostrando como foram implantadas as universidades no Brasil, com enfoque para a formação de professores de língua materna; na segunda etapa explicamos as perspectivas do ensino de língua portuguesa, como esse se efetivou, quais as principais mudanças que foram ocorrendo ao longo do tempo.

O segundo capítulo intitulado “O que é e o que estuda a Sociolinguística: breve história” está direcionado a alguns fatos históricos, sendo estes contextualizados e relacionados ao ensino da língua materna.

O terceiro e último capítulo intitulado “Sociolinguística e sala de aula” ao qual destinou-se a abordagem do objetivo geral do nosso trabalho, aborda as principais intervenções da Sociolinguística dentro do ensino de língua portuguesa, mostrando alguns erros cometidos nas aulas de língua materna e como o professor pode se posicionar diante das contribuições da sociolinguística para as aulas de português.

CAPÍTULO 1 - O QUE É E O QUE ESTUDA A SOCIOLINGUÍSTICA: BREVE HISTÓRIA

Sociedade e língua estão relacionadas, e esta relação é reconhecida, mas nem sempre assumida como determinante, e encontra-se diretamente ligada à linguística. Alkmim (2001) mostra que a Linguística do século XX teve um papel decisivo em considerações da relação linguagem-sociedade, encarregada de excluir toda consideração de natureza social, histórica e cultural na observação, descrição, análise e interpretação do fenômeno linguístico.

Saussure (2012) concebe a língua como um fato social no sentido de que é um sistema convencional adquirido pelos indivíduos no convívio social. Aponta a linguagem como a faculdade natural que permite ao homem constituir uma língua. Podemos aferir que a língua é construída a partir da cultura de uma comunidade.

Os estudos relacionados à linguagem e sociedade, estão inscritos na reflexão de vários autores do século XX. A partir dos anos 1930, encontramos linguistas cujas obras são referências obrigatórias, quando se trata de pensar a questão social no campo dos estudos linguísticos, autores como Meillet (1912), Benveniste (1998) entre outros.

Alkmin (2001) relata que o termo Sociolinguística, relativo a uma área da Linguística, fixou-se em 1964. Surgiu em um congresso, organizado por William Bright, na Universidade de Califórnia em Los Angeles (UCLA), do qual participaram vários estudiosos, que se constituíram, posteriormente, em referências clássicas na tradição dos estudos voltados para a questão da relação entre linguagem e sociedade: John Gumperz, Einar Haugen, Willian Labov, Dell Hymes, John Fisher, José Pedro Rona.

A proposta deste congresso para a Sociolinguística é a de que ela deve demonstrar a covariação sistemática das variações linguística e social. Ou seja, relacionar as variações linguísticas em uma comunidade e as diferenças existentes na estrutura social desta mesma sociedade, o objeto de estudo da Sociolinguística é a diversidade linguística que difere de acordo com a comunidade linguística ao qual o falante está inserido. Benveniste (1998) aborda as considerações tidas no congresso a respeito do conjunto de fatores socialmente definidos, com os quais se supõe que a diversidade linguística possua fatores, como:

- a) Identidade social do emissor ou falante- referente aos dialetos de classes sociais e das diferenças entre falas femininas e masculinas;
- b) Identidade social do receptor ou ouvinte- estudo das formas de tratamento;
- c) O contexto social- estudo das diferenças entre a forma e a função dos estilos formal e informal;
- d) O julgamento social distinto que os falantes fazem do próprio comportamento linguístico sobre o dos outros. (BENVENISTE, 1998 p. 81).

Segundo Alkmim (2001), os referidos autores observam que a Sociolinguística se constitui e floresce no momento em que o formalismo, representado pela gramática de Chomsky, alcança enorme repercussão, para o seu percurso vitorioso. Havia nesse sentido de um lado, a preocupação com as relações entre linguagem e sociedade que tinha raízes históricas no contexto acadêmico norte-americano, e de outro a oposição entre uma abordagem imanente da língua versus a consideração do contexto social é posta com grande vitalidade no campo dos estudos linguísticos.

A autora aborda ainda que nessa vertente, em que linguagens, culturas e sociedade são consideradas fenômenos inseparáveis, linguistas e antropólogos trabalham juntos. O que temos de inovador é a definição de uma área explicitamente voltada para o tratamento do fenômeno linguístico no contexto social no interior da linguística, animada pela atuação de linguistas e de estudiosos formados no campo das ciências sociais. De acordo com Alkmim (2001, p. 29):

A sociolinguística nasce marcada por uma origem interdisciplinar. É oportuno assinalar o estabelecimento da Sociolinguística em 1964, é precedido pela atuação de vários pesquisadores que buscavam articular a linguagem com aspectos de ordem social e cultural.

É importante assinalar esta característica do surgimento da sociolinguística como área interdisciplinar, que dialogava com outras áreas do saber de cunho social e cultural. Apesar de estudarmos a linguagem como sistema fechado em si mesmo, a sociolinguística conseguiu trazer estudos articulados com a sociedade.

Segundo Tarallo (2001) o modelo teórico-metodológico da Sociolinguística parte do objeto bruto, que se trata do fato linguístico, que é ao mesmo tempo a base para o estudo linguístico.

O objeto de estudo da Sociolinguística é a língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, em situações reais de uso. Parte do pressuposto da comunidade linguística, definida como um conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham um conjunto de normas com respeito aos usos linguísticos. Ou seja, uma comunidade de fala caracterizada por indivíduos que se relacionam através da interação.

Alkmim (2001) salienta que ao estudar qualquer comunidade linguística, o que podemos constatar é a existência da diversidade ou da variação. Toda comunidade se caracteriza pelos diferentes modos de falar. A este fato sociolinguístico denomina de variedades linguísticas, para essas diferentes maneiras de falar. A autora relata ainda que qualquer língua falada, por qualquer comunidade, mostra sempre variações. Podemos entender que qualquer língua é representada por um conjunto de variedades. “Língua e variação são inseparáveis: a Sociolinguística encara a diversidade linguística não como um problema, mas como uma qualidade constitutiva do fenômeno linguístico.” (ALKMIM, 2001, p. 33).

Conforme Camacho (2001) a área de interesse da Sociolinguística que se faz pertinente nos estudos da língua é a área Interacional, abordando os estudos ligados à análise da conversação, que trata sobre a Etnografia da Comunicação a qual mostra interesse em descrever e analisar as formas dos eventos da fala, mostrando as regras que dirigem a seleção que o falante opera em função dos dados contextuais relativamente estáveis, com relação que ele contrai com o interlocutor, com o assunto da conversa.

Outra área de estudo que Camacho aborda é a Sociolinguística Variacionista, que está direcionada para o exame da linguagem no contexto social, tornando-se importante para a solução de problemas próprios da teoria da linguagem, em que a relação entre língua e sociedade é vista como indispensável. O sociolinguista recorre às variações derivadas do contexto social para encontrar respostas para os problemas que emergem da variação inerente ao sistema linguístico.

Conforme Camacho (2001), a Sociolinguística correlaciona às variações que existem na expressão verbal a diferenças de natureza social, entendendo o domínio, o linguístico e o social, como fenômenos estruturados e regulares. Isso pode ser verificado na forma como falantes podem divergir ao enunciar certas

palavras. As variações podem ser analisadas no ponto de vista morfológico, sintático e fonológico. Afere-se que a variação não é o resultado do uso arbitrário e irregular dos falantes, mas tem sua motivação em circunstâncias linguísticas determinadas, é, por outro, o resultado sistemático e regular de restrições impostas pelo próprio sistema linguístico em uso. Camacho considera que:

A sociolinguística trata da estrutura e da evolução da linguagem, encaixando-a no contexto social da comunidade. Seus tópicos recobrem a área convencionalmente chamada de "Linguística geral", na medida em que lida com questões decorrentes do exame dos níveis fonológico, morfológico, sintático e semântico para esclarecer a configuração das regras linguísticas, sua combinação em sistemas, a coexistência de sistemas alternativos, e principalmente a evolução diacrônica de tais regras e sistemas. Labov (1972 apud CAMACHO, 2001, p. grifo do autor).

Os estudos sociolinguísticos tratam da relação entre língua e sociedade, mostrando que a linguagem tem um funcionamento dinâmico, ou seja, possui um sistema que articula o comportamento linguístico e o social. Dessa forma, as diferenças no uso das variantes linguísticas correspondem às diversidades dos grupos sociais.

O teórico William Labov é considerado um dos precursores que iniciou os estudos sociolinguísticos no modelo teórico- metodológico foi o americano Labov. Tarallo (2005) aborda que modelos do passado mais remoto e os mais atuais, serviram de inspiração na concepção de uma nova teoria. O autor afirma que todos aqueles que entendem por língua como um veículo de comunicação, de informação e de expressão entre os falantes, pode ser denominado de sociolinguistas.

Ainda sobre o relato de Tarallo (2005), mostrando que o modelo de análise que Labov propõe apresenta-se como uma reação à ausência do componente social no modelo gerativo. Tarallo relata que Labov em suas teorias insistiu sempre na relação entre língua e sociedade, possibilitando as duas faces virtual e real, de forma que sistematizasse a variação existente da língua falada. Um dos problemas na língua portuguesa pode está nesta relação entre língua e sociedade, mantido como duas entidades distintas.

Calvet (2002) mostra as diferenças que podem ser encontradas dentro dos dois âmbitos da língua e sociedade, língua de um lado, e de outro a sociedade. O

mesmo autor faz ainda uma distinção de dois grupos da linguística, em um grupo estão os que descrevem os aspectos linguísticos da sociedade, e o outro que estuda os fenômenos linguísticos em relação com determinadas variáveis sociais.

Calvet aponta também que os estudos da linguística estão voltados apenas para língua, enquanto que a sociolinguística traz uma abordagem ampla de língua e sociedade. O autor observa que existem fenômenos ligados às línguas que dizem respeito ao estudo das sociedades, mas tratando da descrição do aspecto linguístico da sociedade, que poderia descrever sob outros aspectos que estão inseridos na sociedade.

Essas implicações estão envolvidas no âmbito da divisão do estudo da língua, em que de um lado temos a linguística, que estuda a língua em si mesma e por si mesma, e de outra a linguística que defende a definição da língua como fato social.

Calvet (2002) relata que dentro dessas abordagens da língua estudada por si mesma, e da língua estudada como fato social, temos uma discussão que opunha Meillet a Saussure. Segundo Calvet, enquanto Meillet perseverou em vários textos abordando o caráter social da língua, definindo assim como um fato social, se distanciando da teoria de Saussure, Meillet separava variação linguística das condições externas de que ela depende, enquanto, Saussure a priva da realidade, a reduzindo a uma abstração que é inexplicável. Segundo Calvet (2002, p. 15):

Quando Saussure opõe linguística interna e linguística externa, Meillet as associa; quando Saussure distingue abordagem sincrônica de abordagem diacrônica, Meillet busca explicar a estrutura pela história. Realmente tudo opõe os dois homens, tão logo o situamos no terreno da linguística geral. Enquanto Saussure busca elaborar um modelo abstrato da língua, Meillet se vê em conflito entre o fato social e o sistema que tudo contém: para ele não se chega a compreender os fatos da língua sem fazer referência à diacronia, à história.

Esta oposição entre Meillet e Saussure está o tempo todo relacionado ao que estamos abordando sobre o estudo da língua e da sociedade, em que se opõe uma abordagem da língua como fato social, como parte integrante da sociedade, e uma abordagem da língua em si mesma, que visa o estudo puramente da língua, sem levar em conta os fatores externos.

Ainda neste aparato, Calvet (2002) aponta com mais ênfase as definições de língua, seguindo as teorias de Meillet e Saussure. O autor em questão discorre que diante da precisão com que Meillet definia a noção de fato social, as partes em que Saussure declara que a língua “é a parte social da linguagem” ou que “a língua é uma instituição social” se batem por sua definição teórica.

Essa noção de língua, entre esses dois teóricos, mesmo que distintas em alguns aspectos se matem firmes no ponto de que para Saussure, a língua é produzida pela comunidade, e nesse ponto ela é social, limitando o conceito de língua, sendo esta relacionada ao social. Meillet se aprofunda na noção de língua como fato social. Como estabelecido por Calvet (2002).

Fortalecendo a teoria que Willian Labov propôs em demonstrar a relação entre língua e sociedade, a sistematização entre a variação existente e própria da língua falada. A língua falada torna-se assim o objeto de estudo da sociolinguística, sendo a língua falada conceituada como veículo linguístico de comunicação como define Tarallo (2005). Tarallo acrescenta ainda que esta língua falada é a utilizada nas diversas interações nas comunidades sociais, na família, nos clubes, parques, festas etc.

Através das atividades linguísticas, dentro de uma comunidade e o estudo dos dialetos sociais, a sociolinguística estuda os aspectos resultantes entre a língua e a sociedade. Através de pontos sociais que constroem e caracteriza a realidade linguística de um povo, apresentadas a partir de características da linguagem, da cultura e da sociedade, compreendendo os fatores de variação e mudança linguística.

Tarallo (2005) salienta que seguindo o âmbito do objeto de estudo da sociolinguística se faz relevante trazer algumas contribuições de teóricos a respeito desse objeto. A Sociolinguística pode desempenhar um papel de investigadora, fornecendo uma metodologia para os estudos da oralidade em vários locais, sendo assim possível registrar diferentes tipos de falas em diversos locais, seguindo um perfil sociológico, econômico e cultural dos falantes.

Os estudos sociolinguísticos são direcionados aos estudos das diversidades linguísticas, deste modo faz-se importante abordarmos as variações linguísticas, considerando suas perspectivas.

CAPÍTULO 2 – SOCIOLINGÜÍSTICA NA SALA DE AULA: ABORDAGENS CONCEITUAIS SOBRE A VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA.

O estudo da lingüística tem por objeto o estudo das normas e os padrões de comportamento lingüístico de uma comunidade de fala e assim, formalizar um sistema heterogêneo, a fim de constituir unidades e regras variáveis.

A variação lingüística pode ser dividida em variação social e variação estilística. A primeira se refere à diferença nas freqüências observadas na fala dos segmentos sociais. A segunda se refere à variação observada na fala do indivíduo, a fala espontânea, a fala normal e a leitura de texto (cf. Labov, 1966, 1972 e 1974).

A variação estilística constitui um índice da atitude do falante frente ao sistema de valores de avaliação lingüística, que pode ser aferido por testes de avaliação subjetiva das variáveis encontradas no sistema lingüístico. Labov (1966) destaca que, no geral, dentro de uma comunidade, a avaliação social dos variantes é mais uniforme do que as suas freqüências de uso, tanto que ele propõe uma definição de comunidade de fala como um conjunto de falantes que compartilham o mesmo sistema de valores sobre a língua, e não como pessoas que falam de outro modo.

Por outro lado, a avaliação subjetiva ou julgamento social das variantes, além de atuar sobre o comportamento lingüístico dos falantes, pode servir como indicador das mudanças em curso na comunidade, pois a uniformidade dos padrões de avaliação se antecipa à uniformização dos padrões de uso, refletindo dentro da comunidade.

2.1 A divisão tripartida entre SISTEMA, NORMA e FALA

Coseriu (1979) busca definir como outros autores, os termos a que se opõe a língua e fala. Para Saussure, à fala é considerada uma atividade lingüística concreta. Já a língua pelo conceito de Saussure, Coseriu identifica três atributos distintos: a competência lingüística, que permite o conhecimento lingüístico de falar uma língua; instituição social, que se atribui ao conjunto de objetivos que se opõem ao desempenho individual do falante; e conceito funcional de língua, um conjunto de oposições e estruturas que garantiriam o funcionamento da língua como código.

Na realidade o que Coseriu nos mostra é a oposição que se dá entre concreto e abstrato, pois a língua funciona como um sistema funcional que resulta de um processo de formalização analítica, ou seja, um processo de abstração, que se concretiza na fala, que se comprova ela existe.

Ele pretende encontrar uma solução teórica para um ponto crítico da teorização saussuriana e de todo modelo teórico estruturalista: a separação entre o que é social e o que é funcional.

2.2 Variação linguística na perspectiva Gerativista

A sociolingüística é um campo de pesquisa que prioriza a relação entre o ensino da língua, a diversidade linguística, a variação, mudança e a norma linguística, analisando a estrutura da língua inserida no contexto social para buscar compreender a relação entre variação e mudanças.

Pinker e Steven (2001 apud CHIERCHIA, 1997) afirmam que:

A linguagem é uma habilidade complexa e especializada [...]. As pessoas sabem falar mais ou menos da mesma maneira como as aranhas sabem tecer teias. A atividade de tecer teias não foi inventada por nenhum gênio – aranha desconhecido e não depende de uma educação adequada nem de aptidão para a arquitetura ou para a construção civil. As aranhas tecem teias de aranha porque tem cérebros de aranha, que lhes dão o impulso e a competência para tecê-las.

Para Houaiss (1990 p. 19)

Os falantes e ouvintes de uma mesma língua observam um número não pequeno de regras ao falarem e ouvirem. Tais regras constituem um sistema [...] É a esse sistema que se dá o nome de gramática de uma língua [...]. O normal é que um indivíduo normal internalize praticamente todas as regras de sua língua já ao atingir doze - treze anos.

Gnerre (1987) enfatiza que a linguagem não é usada apenas para transmitir informações. Uma das outras funções da linguagem é a de comunicar ao ouvinte a posição que o falante ocupa ou acha que ocupa na sociedade em que vive. As pessoas falam para serem “ouvidas”, para serem respeitadas e para exercer influência no ambiente em que se realizam seus discursos (atos linguísticos).

As “regras de linguagem” para o autor levam em conta as relações sociais entre os interlocutores. Todo falante tem que agir de acordo com essas regras, isto

é, tem que “saber”: “a) Quando pode falar e quando não pode; b) que “assuntos” podem ser abordados; c) que variedade lingüística é adequada à situação de comunicação.” (GNERRE, 1987, 37).

CAPÍTULO 3 - VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS

Em uma mesma comunidade de fala, pessoas de origem geográfica, de idade, de sexo diferentes falam distintamente. Os falantes adquirem as variedades lingüísticas próprias a sua região, a sua classe social etc. Podemos definir de modo geral, as variedades a partir de dois parâmetros básicos: a variação geográfica (ou diatópica) e a variação social (ou diastrática).

A variação diatópica está relacionada às diferenças lingüísticas distribuídas no espaço físico, observáveis entre falantes de origens geográficas distintas. Isso se torna perceptível no português falado aqui no Brasil que difere bastante do português falado em Portugal. Como também nos dialetos que se tornam distintos de acordo com cada região do Brasil. A variação diastrática está relacionada a um conjunto de fatores que têm a ver com a identidade do falante e também com a organização sociocultural da comunidade de fala.

Alkmin (2001) diz que as variações lingüísticas que estão relacionadas ao contexto são denominadas de variações estilísticas ou registros. Os falantes diversificam suas falas, usam estilos ou registros distintos, que decorre em função das circunstâncias das interações verbais. Alkmim (2001 apud CAMACHO, 2001) aborda que os falantes adequam suas formas de expressão às finalidades específicas de seu ato enunciativo, essa adequação decorre da seleção individual do saber lingüístico que cada um possui. Alkmim (2001, p. 38) aborda que:

Não podemos deixar de apontar, no entanto, que, na realidade das relações sociais, os fatores de variação encontram-se imbricados. No ato de interagir verbalmente, um falante utilizará a variedade lingüística relativo a sua região de origem, classe social, idade, escolaridade, sexo etc.

Variação e sociedade estão relacionadas em todos os fatores, mas principalmente na linguagem, o falante de uma determinada região sempre terá registrado em sua individualidade a sua forma de falar. Em qualquer comunidade de fala podemos observar a coexistência de um conjunto de variedades

linguísticas, essa coexistência se dá no contexto das relações sociais estabelecidas pela estrutura sociopolítica de cada comunidade.

O que predomina na sociedade atual é a variedade padrão entre aqueles que utilizam as regras do “bom uso” que correspondem aos fatores linguísticos, dos grupos socialmente dominantes. A variedade padrão coincide com a variedade falada pelas classes sociais altas, isso é refletido desde a estabilização da língua portuguesa no Brasil.

Fishman (1970 apud Alkmim, 2001) define o estabelecimento da variedade padrão, como um tratamento social característico da língua, que se verifica quando há diversidade social suficiente e necessidade de elaboração simbólica. A padronização é sempre historicamente definida, cada época determina o que considera como forma padrão, pronúncias, construções gramaticais e expressões lexicais. Segundo Alkmim (2001, p. 42):

Para a Sociolinguística, a natureza variável da língua é um pressuposto fundamental, que orienta e sustenta a observação, a descrição e a interpretação do comportamento linguístico. As diferenças linguísticas, observáveis nas comunidades em geral, são vistas como um dado inerente ao fenômeno linguístico. A não aceitação da diferença é responsável por numerosos e nefastos preconceitos sociais e, neste aspecto, o preconceito linguístico tem um efeito particularmente negativo. A sociedade reage de maneira particularmente consensual quando se trata de questões linguísticas: ficamos unanimemente chocados diante da palavra inadequada, da concordância verbal não realizada, do estilo impróprio da situação de fala.

A nossa sociedade vive diante da chamada intolerância linguística, que é um dos comportamentos linguísticos mais perceptíveis na mídia e nas relações sociais do nosso cotidiano, como também nas escolas, nas salas de aulas, em que professores de língua materna não amparados pela ciência da língua, insistem em ver erros na língua portuguesa. Alkmim relata que a rejeição a certas variedades linguísticas é compartilhada sem maiores conflitos pelos não especialistas em linguagem. As variedades estão sempre em circulação no meio social. Os grupos sociais dão continuidade à herança linguística recebida. A homogeneidade linguística é um mito que precisa ser erradicado, por trazer consequências graves na vida social, como a prática da exclusão e do bloqueio a bens sociais.

Camacho (2001) aborda que uma propriedade comum identifica todos os casos mencionados de variação, em que podemos representar duas ou mais formas

alternativas de dizer a mesma coisa no mesmo contexto. E que o termo variável representa o esforço da Sociolinguística por generalizações abstratas. São as classes de variantes que constituem duas ou mais formas concretas de uso. Seguindo os fatores extralinguísticos, aferimos que a língua comporta variants em função da identidade social do emissor, em função da identidade social do receptor e em função das condições sociais de produção discursiva.

A variação adquire valores em função do poder e da autoridade que os falantes detêm nas relações econômicas e culturais. Camacho (2001) mostra como exemplo a marca de plural no sintagma nominal, considerando sua presença como variedade de prestígio social (padrão), e sua ausência como variedade estigmatizada (não padrão). Os valores adquiridos as variedades de prestígio estão ligados a elevação a condição de língua como padrão, que passa a ser veiculada no sistema escolar, nos meios de comunicação, na linguagem oficial do estado etc. Conforme Camacho (2001, p. 60):

A diversidade linguística não se restringe a determinações motivadas por origem sociocultural e geográfica. Um mesmo indivíduo pode alternar entre diferentes formas linguísticas de acordo com a variação das circunstâncias que cercam a interação verbal, incluindo-se o contexto social propriamente dito, o assunto tratado, a identidade social do interlocutor etc.

A esse processo de adequação linguística Camacho (2001) denominou de *variação linguística ou de registro* como o resultado da adequação da expressão às finalidades do processo de interação verbal, o falante seleciona formas para compor seu enunciado. (grifos do autor)

Tarallo (2005) aborda sua definição sobre as variantes, definindo *Variantes linguísticas* como as diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade. Denominando assim a um conjunto de variantes de “variável linguística.”

O autor citado acima aborda a norma padrão versus a norma não padrão, para que possamos compreender o estudo sobre variações. Tarallo relata que, a variante considerada padrão é ao mesmo tempo, conservadora e aquela que usufrui do prestígio sociolinguístico na comunidade. Já as variantes não padrão, são inovadoras e estigmatizadas pelos membros da comunidade. No próximo capítulo abordaremos como ocorre o estudo das variações em sala de aula,

mostrando alguns equívocos causados pelos professores que “desconhecem” os fatores Sociolinguísticos.

3.1 Sociolinguística e Sala de Aula

A escola tem tomado como padrão para o ensino de Língua Portuguesa, a gramática normativa, que está longe de refletir o “padrão” nacional falado. A gramática escolar ignora a aceitação de variedades, que a mesma considera como “erros” na Língua Portuguesa. É na gramática normativa que repousa hoje a concepção que a classe média tem de norma-padrão.

Faraco (2004) denomina como norma linguística o uso comum que se distinguem pelas formas de línguas, os grupos sociais. O autor aborda ainda que para conceituar os fatos de língua que esse grupo social mais diretamente afeito às atividades de escrita usa corretamente em situações formais de fala e na escrita, ao qual o autor denomina de norma culta, que se diferencia de norma-padrão.

A norma-padrão por sua vez, é conceituada por Faraco, como uma cultura escrita, associada ao poder social, na qual se tem um processo unificador (em atividades verbais e escritas), que busca uma estabilização linguística, visando neutralizar a variação e controlar a mudança. O autor em questão mostra que a norma-padrão está vinculada as práticas socioculturais que constitui o que se pode chamar de cultura letrada. O autor destaca também que a cultura letrada vai muito além do ler e escrever, e sim em toda e qualquer atividade, assim como acontece com a norma-padrão que vai além dos elementos léxico-gramaticais. A tradição normativa enraizada através do ensino purista da gramática, revela o desejo de uma língua pura e unificada, fazendo ir contra tudo aquilo que nos diferenciasses linguisticamente de um certo padrão linguístico cultural, que vê “erros” e condena qualquer uso que contradiga as gramáticas tradicionalistas. Despertando no ensino da língua e de suas variações um fator de discriminação e exclusão sociocultural.

O estudo acerca da Língua Portuguesa seguindo o viés da Linguística pode estar direcionado ao uso da língua oral e escrita e da reflexão acerca desses usos. Antunes (2003) em sua abordagem sobre o trabalho com a oralidade, relata que há uma quase omissão da fala como objeto de exploração no trabalho escolar.

Isso pode estar relacionado ao fato de que por já sermos falantes dessa língua, não seria necessário fazer o estudo da fala, como matéria de sala de aula, daí surge os equívocos de encontrar erros na nossa língua, por não fazer estudos sobre os usos da língua portuguesa. A autora enfatiza também o erro direcionado a visão de fala, como violação das regras gramaticais. O ensino de Língua Portuguesa na sala de aula está limitado ao tradicionalismo que prioriza o ensino da gramática, desviando o olhar do ensino de língua. Na escrita os equívocos acontecem quanto aos erros ortográficos, que também estão limitados as regras ortográficas, sem levar em conta assimilações da fala. Segundo Antunes, outro erro está em relatar que prática de escrita se limita a oportunidades de exercitar aspectos não relevantes da língua.

Antunes (2003) crítica ainda o trabalho com uma gramática descontextualizada, uma gramática desvinculada do uso da língua. O uso de uma gramática fragmentada, com frases isoladas, que pode ser explorada para a competência comunicativa dos falantes, porém, é fixada apenas em regras e casos particulares, descontextualizando o uso da língua. Uma gramática puramente descritiva, voltada a marcar o que é “certo” e “errado”. O ensino de Língua Portuguesa possui essas deficiências em relação ao trabalho com a oralidade e a escrita, é preciso ir além de regras gramaticais, partindo para estudos relevantes do uso real da língua.

Implica dizer que se considerarmos o estudo do ensino real da língua, estaremos enfatizando o ensino das variedades em sala de aula, podendo assim desmistificar a homogeneidade e o purismo da língua Portuguesa, como também, modificando as aulas de Português.

Zilles e Faraco (2015) apontam que temos uma sociedade educada no século XX, preconceituosa em termos linguísticos, que valoriza o caráter do padrão normativo como símbolo nacional; o que faz acreditar na existência de uma Língua Portuguesa correta, que difundi a correção gramatical, como forma de solucionar o mau desempenho linguístico dos alunos. O autor relata ainda que para mudar essas concepções e práticas culturais tão enraizadas, não é suficiente apenas denunciar os preconceitos em volta da língua e abordar dados de variação, que acabem com a pureza linguística. Mas, se faz necessário o avanço social, através das contribuições linguísticas. Conforme Zilles e Faraco (2015, p. 257):

As gramáticas usadas nas escolas nem sempre, para não dizer quase nunca, promovem uma recensão criteriosa das descrições e prescrições das gramáticas tradicionais feitas por gramáticos de reconhecida formação filológica e/ou linguística.

O autor aborda que a gramática tradicional não é científica, mas pode em alguns pontos descritivos, ser adaptada para levar o aluno a pensar as questões gramaticais em si, sem objetivo prático de decodificação, isso significa dizer que seria mais que um exercício de fixação de regras, e sim contextualizar os aspectos gramaticais, através da oralidade. De acordo com Zilles e Faraco (2015, p. 262):

É ponto pacífico que devemos erradicar a norma prescritiva da gramática tradicional que define como corretos, em várias de suas regras, usos lusitanos, e em muitas outras, variantes linguísticas já faladas em séculos anteriores, hoje restritas à escrita, em certos gêneros literários e não literários.

Zilles e Faraco (2015) ao apontarem que devemos “acabar” com a norma prescrita da gramática tradicional, que nos remete a tradições desde a implantação do Português, com regras advindas do português de Portugal, o qual possuem regras que não usamos no português brasileiro, o que dificulta a compreensão dos alunos no ensino da língua. Se por um lado alguns alunos estão diante de uma realidade linguística menos valorizada, se deparar com estruturas sintáticas no português utilizadas pelos falantes de Portugal, o aluno pode ficar confuso, sem saber o que de fato estuda na língua portuguesa.

Podemos perceber que o primeiro aspecto está em volta de algumas formas de expressão que podem estigmatizar socialmente seus falantes, assim também valorizá-los socialmente. Um aluno que está mais em contato com a norma padrão seguiria o segundo caso, enquanto o que utiliza mais das variedades estigmatizadas se adequaria ao primeiro caso.

Camacho (2001, p. 67) diz que “a natureza discriminatória que a linguagem pode assumir, em serviço da variação linguística e dos mecanismos de estigmatização, faz com que o corpo docente e os pesquisadores reflitam sobre a questão que mais nos atinge”. O autor indaga sobre em que grau o processo de ensino da língua materna contribui para o agravamento ou para manutenção das situações de exclusão linguística, principalmente pelos falantes da população socialmente estigmatizadas. Desta forma percebe-se um conflito que o professor de

língua materna irá se deparar, entre a língua de fato ensinada na escola, que tem como referência a variedade padrão e o dialeto social, que o falante domina de acordo com sua origem linguística e sociocultural.

Tendo como objeto de estudo, os padrões de comportamento linguístico dentro de uma comunidade, segundo Camacho (2001, p. 67), a Sociolinguística eliminou preconceitos ao afirmar, que “[...] todas as línguas e variedades de uma língua são igualmente complexas e eficientes para o exercício de todas as funções a que se destinam”. Ou seja, não existe língua inferior ou que produza com mais êxito os fins comunicativos que outra.

A tradição pedagógica replica, entretanto, que, na prática de quem educa, a teoria é bem outra: há uma e somente uma língua correta e eficaz a todas as circunstâncias de interação, que se define como norma. Essa variedade de linguagem é, com efeito, uma forma institucionalizada de imposição e que, por isso, adquire o direito de ser a língua, restando às demais variedades cuidados repressiva. Pode-se dizer, então, que, da fusão numa coisa só e indiscriminada da língua e variedade, a norma acaba passando por um padrão neutro e universal, modo de existência próprio dos mecanismos tipicamente ideológicos. (Ibid., p. 68)

O que reforça o ensino tradicionalista e o preconceito que se faz das variedades dentro do ensino de língua portuguesa. A prática pedagógica exclui toda e qualquer forma diferente de se utilizar a língua materna, voltando à teoria de uma língua pura, homogênea e universal. Com abordagens diferentes da Sociolinguística, a pedagogia de língua tenta mostrar o que é “certo” e o que é errado na língua portuguesa, discriminando e causando uma espécie de seleção, do que pode ser usado ou não na língua portuguesa, pelos alunos.

Camacho (2001) aborda esse fato relatando que a pedagogia da língua não possui nenhum suporte linguístico, baseando-se apenas em motivações sociais, reduzindo e inferiorizando o que é mais característico dos falantes das camadas estigmatizadas, a variedade linguística. O que reforça a teoria gramatical, repetitiva com uma enorme lista de exceções de regras e classificações gramaticais. Camacho (op. cit.) destaca que:

Assim, ao impor um modelo de linguagem, sem nenhum direito a apelação, com exclusividade e em substituição à variedade que o aluno já domina, como se simplesmente nada dominasse, a escola parece simplesmente ignorar a variação linguística.

Isso acontece principalmente nas séries iniciais, em que na maioria das vezes, os professores parecem não se importar com a linguagem trazida pelos alunos dentro de sua comunidade linguística. Não respeitam as variedades trazidas por eles, e passam a corrigir o que eles costumam distinguir entre o que é “certo” e “errado”, desconsiderando uma cultura linguística que o aluno já possui.

O autor aborda que na tradição pedagógica uma concepção de linguagem que se faz presente no ensino de linguagem idealiza um objeto extraído das manifestações verbais escritas de uma verdadeira elite, predominando a variedade padrão, servindo como “modelo” para as manifestações verbais, orais ou escritas, de todos os falantes.

A Sociolinguística traz um pressuposto para o ensino de língua portuguesa, que segue o princípio de que a heterogeneidade não é um aspecto que fica em segundo plano e acessório diante da estrutura da linguagem, é diferente do que se aborda uma propriedade própria, visando o uso prático e útil.

O problema da relação entre norma e variação linguística, aparentemente pedagógico, cruza linhas com a questão social e linguística da adequação de variedades não-padrão como sistemas de comunicação. Para um sociolinguista, culturas e as assim chamadas subculturas podem classificar-se com base numa oposição entre um modelo da *diferença verbal* e um modelo da *deficiência verbal*. O modelo da deficiência considera diferenças verbais como desvios da norma culta, que, como vimos, está mais próxima às classes mais privilegiadas. O modelo da diferença considera que a variedade dos grupos socialmente marginalizados é um sistema linguístico nem deficiente, nem inerentemente inferior a outras variedades. (WOLFRAM & FASOLD, 1974 apud CAMACHO, 2001, p. 69)

O que destaca a questão de direcionarmos nosso olhar para o que se pode ser feito diante da forma como alguns professores veem a variedade linguística, se passarem a observar a variedade como um sistema linguístico que possui suas peculiaridades dentro da sua comunidade linguística.

Camacho (2001) explica que o modo como a língua é ensinada em sala de aula, pratica tradicionalmente o modelo da deficiência. O autor fala ainda que o principal pressuposto da tradição normativa é o papel da escola em adequar os níveis de acordo com algumas carências socioculturais. Uma proposta da Sociolinguística é uma alternativa fundamental, na qual as variações de linguagem não devem passar por uma “peneira” que define valores. Desta forma a pedagogia

da língua materna deve procurar despertar a consciência do aluno para a adequação das formas às circunstâncias do processo de comunicação, se as aulas de Língua Portuguesa fossem baseadas em mostrar as duas faces da língua, abordando tanto a variedade padrão, quanto a variedade não-padrão, objetivando fazer com que o aluno saiba usar as duas variedades de acordo com a situação de uso.

O mesmo autor salienta que a escola precisa manter um grau de familiaridade com o aluno em relação ao ensino de Língua Portuguesa, pois quanto maior o grau de “familiaridade” cultural entre escola e aluno, se torna mais provável de acontecer êxito no processo de aprendizagem do aluno ao longo do processo escolar. De acordo com Camacho (2001, p. 70):

A instituição não reconhece a legitimidade da variação linguística. Muito pelo contrário, acaba por submetê-la ao critério de correção. O que passa é um conjunto de expressões vinculado ao registro formal da modalidade escrita; o que sobra é o proscrito como realizações imperfeitas e deficientes, em confronto com a matriz de valores eleita. Assim o valor simbólico das diferentes variedades linguísticas depende sempre da distância que as separa da variedade normativa, que a escola impõe sob a condição de um modelo neutro e universal. Por conseguinte, a desigual distribuição do “capital linguístico escolarmente rentável” é um dos elos mais dissimulados da relação entre sucesso escolar e origem social.

É basicamente o que estamos discutindo, se o problema fosse solucionado diretamente nas escolas, procurando dar um lugar aos estudos das variações nas aulas de Língua Portuguesa. Camacho (2001) explica que a solução para esses problemas encontrados nas escolas tradicionalistas, se baseia em acreditar no modelo da diferença e adotar uma estratégia para o ensino de Língua materna. Pois o estudo da variedade padrão não necessita ser como ao autor diz, substantivo, sendo assim não se faz necessária à erradicação do dialeto estigmatizado.

Bortoni-Ricardo (2004) aborda a questão de como a variedade linguística é estudada em sala de aula e qual o posicionamento do professor diante desse estudo. A autora relata que no momento em que o aluno faz uso de uma regra não-padrão e o professor intervém, mostrando ao aluno a variante padrão, se torna o momento em que as duas variedades se justapõem em sala de aula. Então como se posicionar diante dessa situação? Como o professor deve agir? É uma questão bem discutida entre os professores.

De acordo com Bortoni-Ricardo (2004) nos últimos anos, os docentes brasileiros, destacando os linguistas, que seguem a postura que considera o “erro” como uma deficiência do aluno, e a postura que vê o “erro” como apenas uma diferença entre as duas variedades, esses educadores tem feito um trabalho muito importante, que mostra que pedagogicamente é incorreto usar a ocorrência do erro do aluno como uma forma para menosprezar o educando. Ainda de acordo com a autora uma pedagogia que se propõe a seguir uma cultura sensível aos saberes dos discentes, está ligada as diferenças entre a cultura que eles representam e a da escola, mostrando aos educadores formas efetivas de conscientizar os alunos sobre essas diferenças, que acontecem na língua.

A autora relata fatos coletados através de pesquisas de sala de aula, em que identificam alguns padrões principais na conduta do professor perante a realização de uma regra linguística não-padrão pelos educandos. Bortoni-Ricardo (2004) aborda que o professor até identifica “erros de leitura”, mas não distingue diferenças dialetais e erros de decodificação na leitura. Relata também que o professor não percebe uso de regras não-padrão. Outro fato que a autora destaca é que o professor percebe o uso de regras não-padrão e prefere não intervir para não constranger o aluno, e quando o professor percebe o uso de regras não-padrão, não intervém, mas em seguida apresenta o modelo da variante-padrão. A autora destaca que através dessa pesquisa, percebeu que o padrão de comportamento do professor em relação ao uso de regras não-padrão pelos educandos, depende da situação em que as regras acontecem.

Bortoni-Ricardo (2004) relata que diante de uma regra não-padrão usada pelo aluno, o professor deve se posicionar diante de dois componentes: a identificação da diferença e a conscientização da diferença. De acordo com a autora a identificação pode ser prejudicada pela falta de atenção do professor ou por desconhecem tal regra. Já o componente da conscientização desperta mais dificuldades. A autora diz que é preciso conscientizar o aluno quanto às diferenças, para que ele possa controlar seu próprio estilo, no caso controlar as suas variedades para utilizar de acordo com a situação comunicativa. Porém, enfatiza que a conscientização não pode afetar o processo de ensino/aprendizagem. Bortoni-Ricardo destaca também a importância do respeito que os professores precisam ter diante das características culturais e psicológicas do aluno, relatando que o trato inadequado para com as variedades dos alunos, ou

até mesmo desrespeitoso pode provocar a insegurança no processo de aprendizagem do discente.

O professor precisa abordar todos os fatores relacionados às variedades linguísticas para que os alunos compreendam e saibam como identificar a diferença e conscientizar-se delas. Em toda comunidade de fala, há sempre variação linguística, qualquer comunidade sempre apresentará variação linguística, que decorre de fatores como: Grupos etários, os nossos avós possuem um leque de variações que os jovens do século XXI desconhecem; Gênero, homens e mulheres usam expressões diferentes, as mulheres costumam usar diminutivos e os homens têm suas falas marcadas por palavrões e gírias.; Status socioeconômico, que representa a desigualdade na distribuição de bens materiais que influenciam e reflete em diferenças sociolinguísticas; Grau de escolarização, os anos de escolaridade do indivíduo também reflete nas variações; Mercado de trabalho, as atividades profissionais também são um fator condicionador do repertório linguístico e por fim a Rede social, pessoas que interagem nos diversos domínios sociais, que também é uma característica marcante no repertório linguístico.

Segundo Bortoni-Ricardo (2004) todos esses fatores representam os atributos de um falante, esses atributos podem ser e são estruturais, ou seja, fazem parte da individualidade do falante. A autora destaca ainda que há fatores que não são estruturais, mas sim funcionais, que resultam da execução nas interações sociais. Afere-se que a variação linguística depende de fatores socioestruturais e de fatores sociofuncionais. Ainda sobre o relato de Bortoni- Ricardo, ao estudarmos a variação linguística, podemos levar em conta os fatores da própria língua, como o ambiente fonológico, a classe da palavra, a estrutura sintática etc. Os estudos da variação linguística são complexos, pois se assemelha ao estudo da própria ação humana, que é determinado por fatores biológicos, psicológicos, sociológicos e culturais. O professor precisa está atento e saber como abordar em sala de aula, observando e analisando a particularidade linguística de cada aluno.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das leituras e discussões realizadas no decorrer dos capítulos, observamos que a tradição gramatical está arraigada desde os primórdios da implantação da Língua Portuguesa como língua nacional no Brasil. A Língua era considerada nessa época como única e homogênea, excluindo qualquer forma de falar que fosse diferente das normas estabelecidas pela gramática normativa vigente na época. As universidades, como também as primeiras escolas eram destinadas as classes prestigiadas, somente a elite possuía o direito a escolarização, favorecendo assim a elite a definir um padrão de língua, que preconizava o que é “certo” e “errado” na Língua Portuguesa. Iniciando a partir desses fatos a exclusão de qualquer falante que não seguisse o que era “padrão” na língua.

Com a democratização das escolas, em que as classes menos favorecidas reivindicaram seus direitos, conseguiram o direito a escolarização. A classe prestigiada considerada como letrada, permaneceu com o postulado da norma-padrão da língua, tornando-a intocável e inalterável.

Com algumas transformações desde a sua implantação como disciplina, para atender as necessidades socioculturais dos falantes, a Língua Portuguesa passa a ser concebida como sistema, como objetivo pragmático e utilitário, passava-se a estudar o desenvolvimento do uso da língua.

Com a implantação da Sociolinguística, a área da linguística que propõe a estudar a relação entre língua e sociedade, traz interferências significativas e positivas para o ensino de língua materna, desfazendo o mito de uma norma-padrão da língua, que é a língua correta e adequada a ser estudada e usada por todos os falantes. Contribuindo de forma positiva para o ensino da língua, a Sociolinguística traz interferências significativas, alertando a escola que se faz importantes os estudos das variedades linguísticas faladas pelos alunos. Provocou dos professores um novo olhar direcionado para as aulas de língua materna, passando a abordar em sala os estudos da heterogeneidade linguística, conscientizando os alunos para compreenderem as diferenças e a adequação linguística, de acordo com a situação comunicativa. Exigindo uma postura diferente diante das diferenças dialetais, requerendo assim novos conteúdos e metodologia para o ensino de Língua Portuguesa. Assim, foi possível entender que

o ensino da sociolinguística, além de ser essencial para o processo de ensino-aprendizagem em língua portuguesa, pode ser ainda, positivo e eficaz na formação das metodologias de ensino e abordagens em sala de aula, com a condição de que o professor esteja amparado por uma formação docente que integre e torne real o ensino da linguagem e suas multifaces.

Os estudos direcionados as contribuições da Sociolinguística para o ensino de língua materna não se reduzem neste trabalho, possui observações e discussões que podem não ter sido apontadas aqui, por serem amplas e estarem sendo atualizadas com as transformações da fala. Acreditamos que outras considerações a respeito podem ser abordadas, este estudo não se limita ao que foi abordado no nosso trabalho, estando aberto para novas discussões e considerações, tendo lugar para outras perspectivas e abordagens.

O que podemos perceber na realidade objetiva da vida social, é que nas variedades linguísticas em uso existe sempre uma ordenação valorativa, que reflete a hierarquia dos grupos sociais, desta forma existem nas comunidades variedades que são consideradas superiores e outras inferiores. Deste modo, Alkmim define dois tipos de variedades, variedades de prestígio e variedades não prestigiadas nas comunidades. A mesma autora trata também da variedade padrão, abordando que essa trata da variedade linguística socialmente mais valorizada, de prestígio reconhecido dentro de uma comunidade. Alkmim (2001, p.

40) destaca que:

A variedade padrão de uma comunidade – também chamada norma culta, ou língua culta- não é, como o senso comum faz crer, a língua por excelência, a língua original, posta em circulação, da qual os falantes se apropriam como podem ou são capazes. O que chamamos de variedade padrão é o resultado de uma atitude social ante a língua, que se traduz, de um lado, pela seleção de um dos modos de falar entre os vários existentes na comunidade e, de outro, pelo estabelecimento de um conjunto de normas que definem o, modo correto* de falar.

REFERÊNCIAS

ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística: parte I. In: BENTES, Ana Christina (Org.). **Introdução a linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 21-47.

ANTUNES, Irandé. **Aula de Português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola, 2003.

BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico: o que é, como se faz. 49. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. **Linguística da norma**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. Linguagens, códigos e suas tecnologias. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. v. 1. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2006.

BENVENISTE, Émile. “Capítulo 7: Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana” In: **Problemas de linguística geral I**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1998a, pp. 81-96.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística: parte II. In: BENTES, Ana Christina (Org.). **Introdução a linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001.p. 49-75.

CALVET, Louis Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

COSERIU, E. (1979): Sistema, norma e fala. In:_____. Teoria da Linguagem e Linguística Geral: cinco estudos. Rio de Janeiro/São Paulo: Presença/EDUSP, pp. 13-85.

FARACO, C. A. (2002): **A questão da língua: revisitando Alencar**, Machado de Assis e cercanias. Línguas e instrumentos lingüísticos, Campinas, n.7, p. 33-51, jan/jun,. 2001. Unicamp/Editora Pontes.

LABOV, W. (1972): **Sociolinguistic Patterns**: Oxford: Brasil Blackwell.

LUZ, Maria Neiva Surdi da. **Linguística e ensino: o discurso do entremeio na formação de professores de língua portuguesa**. 2010. 252 f. Tese (Área de concentração em estudos linguísticos) - Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Disponível em: http://cascavel.ufsm.br/tede/tede_busca/arquivo.php?codArquivo=3522>. Acesso em: 14 fev. 2017.

MARTIN, Robert. **Para entender a linguística: epistemologia elementar de uma disciplina**. São Paulo: Parábola, 2003.

MEILLET, A. "L'Evolution des Fomes Grammaticales". In: **Linguistique Historique et Linguistique Générale**. Paris: Librairie Honoré Champion, 1948.

PINKER, Steven. *Language Learnability and language development*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2001.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. Organização Charles Bally e Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28ª ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SILVA, Vanessa da Souza da; CYRANKA, Lúcia Furtado de Mendonça. A língua portuguesa na escola ontem e hoje. **Revista Linhas Críticas**, Brasília, v. 14, n. 27, p. 271-287, 2009. Disponível em <<http://www.ufjf.br/fale/files/2010/06/A-l%C3%ADngua-Portuguesa-na-escola-LINHAS-CR%C3%8DTICAS.pdf>>. Acesso em: 24 ago.2015

Sociolinguística e ensino: contribuições para a formação do professor de língua/ Edair Maria Gorski, Izete Lehmkuhl Coelho, organizadoras. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2006.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 2005.

ZILLES, Ana Maria Stahl, FARACO, Carlos Alberto. In: FARACO, Carlos Alberto (Org.). **Pedagogia da variação sociolinguística: língua, diversidade e ensino/ organização**. São Paulo: Parábola, 2015,